

1.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 122.^a Sessão Ordinária
Realizada em 13 de agosto de 1971 — (Sexta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Senhores Deputados Ivo Tomazoni e Domicio Scaramella.

Às 10,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Domicio Scaramella, Rorásio Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arioze Araújo, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, David Federmann, Emílio Carazzi, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli (36); achando-se ausentes os senhores Deputados: Quieise Crisóstomo, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Fuad Nacli, Muggiati Filho, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão, Armando Queiroz, Xenofonte Villanueva (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SENHOR EMÍLIO CARAZZAI — (Pela ordem). Senhor Presidente, requiro a chamada nominal dos senhores Deputados, para a verificação de número regimental.

O SENHOR PRESIDENTE — O Senhor 1.^o Secretário procederá à chamada dos Senhores Deputados.

(É feita a chamada).

Responderam a chamada 19 senhores Deputados. Havendo número para o prosseguimento da sessão, solicito ao Senhor 2.^o Secretário que continue a leitura da Ata.

O SENHOR 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata, que é aprovada sem observação.

O SENHOR 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS

Senhor Presidente:

Na forma, em que dispõe o Regimento Interno, o Deputado subscritor do presente, ouvido o Plenário, requer seja formulado um apêlo ao Excelentíssimo Senhor Superintendente do Instituto de Previdência do Estado — I.P.E. —, para que seja implantada, na cidade de Paranaguá, uma Delegacia daquele mesmo Instituto, tendo em vista ser o referido Município por-

tuário o que mais contribui em favor do já indicado Instituto, cuja contribuição somente é sobrepujada pela desta Capital.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1971.

(a) — Nelson Buffara

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação e Cultura, ofício contendo solicitação para que seja estudada a possibilidade de se realizar no Grupo Escolar São Cristóvão, Município de União da Vitória, o aumento de 4 salas de aula.

Considerando a expansão cultural que se tem verificado em todos os meios, justifica-se plenamente o pedido, em virtude do referido estabelecimento de ensino contar, atualmente, com 600 alunos matriculados, número este excedente às condições normais para obrigar a todos.

Além disso, existe um anexo do Colégio Túlio de França, com 108 alunos do Curso Ginásial, impossibilitando, desta forma, o desempenho ideal da importante tarefa de bem instruir e educar.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1971.

a) — Domício Scaramella

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N. 168-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública, a sociedade denominada Movimento Cultural da Juventude Castrense, com sede na cidade de Castro.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1971.

(a) — Alvaro Dias

JUSTIFICATIVA:

Visa o Movimento Cultural da Juventude Castrense, conforme reza seu próprio nome, a divulgação da cultura em todos os seus sentidos.

O incentivo, por todos os métodos legais, de pessoas interessadas em aprimorar-se nos ramos amplos do conhecimento geral, é a sua maior meta. Este movimento cultural, enraizado na tradicional cidade de Castro, procura permanentemente organizar promoções culturais, exposições, festivais, concursos, amostras de artes e outros ramos do saber, e sua declaração de Utilidade Pública viria trazer benefícios incontáveis a um grupo de pessoas que procura, acima de tudo, divulgar cultura, coisa muito esquecida nos dias atuais.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, sr. Deputado Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Motivos, problemas relacionados com a educação, nos trazem à esta Tribuna.

Em Terra Roxa, Município do Norte do Paraná, existe um ginásio do militares que dirigem o Ginásio.

Chegamos a duas conclusões. Uma, a responsabilidade da Secretaria de Educação e Cultura do Estado, em relação ao não funcionamento do Ginásio de Terra Roxa. Em segundo lugar, a Polícia Rodoviária do Estado, ao invés de incentivar estes jovens que enfrentam dificuldades para procu-

riar a cultura, protegem empresas de transportes coletivos, impedindo que os alunos se utilizem do transporte particular para se locomoverem até o Ginásio. Se fôsse ilegal este transporte, poder-se-ia admitir ainda, mas é legal e existe jurisprudência firmada a respeito.

Quando se fala em democratização do Ensino, quando o Governo Federal se empenha na democratização do Ensino, vemos, com tristeza, no Estado do Paraná, o impedimento àqueles que procuram, enfrentando toda a sorte de dificuldades, aprimorar-se através da cultura. É lamentável que isto aconteça.

Fazemos um apêlo à Secretaria de Educação e Cultura para que tome providências em relação ao ginásio de Terra Roxa, para que os jovens que lá residem possam ter o benefício da educação, única capaz de alicerçar o nosso desenvolvimento. — (Sem revisão do orador).

O SENHOR PRESIDENTE — Não há mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, nem para o Grande Expediente. Está livre a palavra.

Não havendo quem dela queira fazer uso, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se a

ORDEM DO DIA:

com a presença de 19 Senhores Deputados.

O SENHOR JOÃO MANSUR — (Pela ordem). Senhor Presidente, em face do requerimento feito pelo Deputado Emilio Carazzai, foi feita a chamada nominal para a verificação de "quorum", quando se constatou a presença de 19 Senhores Deputados. Mas notamos que depois da chamada outros Deputados chegaram a esta Casa, razão por que solicito nova chamada nominal para verificação de "quorum" para votação.

O SENHOR ARTHUR DE SOUZA — (Pela ordem). — Senhor Presidente solicito a V. Exa. que faça soar os tímpanos

(Soam os tímpanos).

O SENHOR PRESIDENTE — O Senhor 10. Secretário procederá a nova chamada nominal.

(É feita a chamada)

Responderam a chamada 29 Senhores Deputados. Há número para prosseguimento da sessão.

A Presidência tem a satisfação de registrar a presença do Senhor Deputado estadual, paulista Senhor Rui Condo e do Ministro Alfredo Hofmeister, do Rio Grande do Sul, que se encontram no Paraná para assistirem o Encontro Municipalista que se realizará no Paraná.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do senhor Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 116-70, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Toledo, uma Motoniveladora, na forma que especifica, pertencente ao Departamento de Assistência Técnica aos Municípios. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 116-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar, ao Município de Toledo, uma Motoniveladora, marca "Huberwaco", número de fabricação OM 326913-80, série — 10 M-20 I, pertencente, por transferência consignada

no Decreto n.º 16.889 de 26 de janeiro de 1965, ao Departamento de Assistência Técnica aos Municípios.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de Junho de 1971.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Maurício Fruet — Relator

Antônio Maciel

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 313-70, de autoria do Poder Executivo, considerar de Utilidade Pública, a Assistência Lar Esperança, da cidade de Londrina — **Aprovado**.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 313-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

VC Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a considerar de Utilidade Pública, a Assistência Lar Esperança, de Londrina, com sede na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de Junho de 1971.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Wilson Brandão — Relator

Maurício Fruet

Antônio Maciel

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 126-70, que autoriza o Poder Executivo a doar Cr\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Cruzeiros), à Associação Estado completamente acéfalo, impedindo que jovens possam adquirir, atraí-los. No entanto a Polícia Rodoviária do Estado, através de um Tenente, rígido por militares. As aulas, nesse Ginásio, são ministradas das 19 horas transporte clandestino. O impasse só foi solucionado com a interferência de achou necessário proibir o transporte destes jovens, alegando ser aquele um o transporte até Guaíra, cidade distante 22 quilômetros de Terra Roxa. Em Guaíra, área de segurança nacional, passaram a frequentar o seu ginásio, tiveram obrigados a alugar uma Kombi para a sua locomoção. Até aí, nada de-às 22 horas. Não havendo transporte coletivo neste horário, esses jovens fo-Doze jovens de Terra Roxa, por essa razão alugaram uma Kombi, para

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 126-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), à Associação do Instituto Nacional e Assistencial "Santa Cruz", do Município de Capanema, destinado a manter e administrar os cursos, secundários de 1.º ciclo ginásial e 2.º ciclo colegial.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de Junho de 1971.

aa) Cândido Martins de Oliveira — Presidente

Wilson Brandão — Relator

Maurício Fruet

Antônio Maciel

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 140-70, que autoriza o Poder Executivo a doar uma Motoniveladora com as características que especifica, à Prefeitura Municipal de Astorga. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO N.º 140-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar, à Prefeitura Municipal de Astorga, 1 (uma) Motoniveladora marca Adams, modelo 610, série 3551, chassi n.º UDC-8764, motor n.º UDCM-8764, equipada com 6 pneus.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 6.7.71.

aa) **Cândido Manoel Martins de Oliveira** — Presidente

Antonio Maciel Filho — Relator

Pinto Dias

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 151-70, que declara de Utilidade Pública o Serviço de Obras Sociais de Cambará. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 151-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública o Serviço de Obras Sociais de Cambará.

Art. 2.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 6 de Julho de 1971.

aa) **Cândido Martins de Oliveira** — Presidente

Antônio Maciel — Relator

Pinto Dias

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 310-70, que considera de Utilidade Pública, à Associação Brasileira de Odontologia, Seção do Paraná, sub-Seção de Ponta Grossa. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 310-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica considerada como de utilidade pública, a Associação Brasileira de Odontologia, Seção do Paraná, Sub-Seção de Ponta Grossa, com sede na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17.06.71.

aa) **Cândido Manoel Martins de Oliveira** — Presidente

Wilson Brandão — Relator

Maurício Fruet

Antônio Maciel

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Senhor Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Senhor Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que seja estudada a possibilidade de se realizar no Grupo Escolar de São Cristóvão, Município de União da Vitória o aumento de 4 salas de aula. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado, apelo ao Senhor Superintendente do Instituto de Previdência do Estado, para que seja implantada, na cidade de Paranaguá, uma Delegacia daquele mesmo Instituto. — **Aprovado.**

Para explicação pessoal, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nivaldo Krüger.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Nós não poderíamos deixar passar sem um registro especial um acontecimento de grande importância no Estado do Paraná, ao qual, talvez, não tenha sido dada a devida ênfase e que agora, por uma questão de justiça, a Assembléia Legislativa do Paraná faz o reconhecimento de direito. Realiza-se no Colégio Estadual do Paraná o encontro municipalista. A Associação Brasileira dos Municípios, a Associação dos Municípios do Paraná, realizam um encontro que tem em vista a integração na vida administrativa na esfera de Governo Federal, Estadual e Municipal. Esse encontro tem trazido autoridades de maior renome para o Paraná. Hoje, estará presente, ou melhor, está presente realizando uma conferência neste instante, o Ministro Renaud Carneiro, do Tribunal de Contas da União.

O professor Helly Lopes Meireles realizará dentro de poucos instantes, importante conferência. O professor Helly é a maior autoridade municipalista do Brasil.

Prefeitos de todo interior do Estado ali se encontram, bem como autoridades municipalistas viridas do Rio Grande do Sul, como o Ministro Alfredo Hoffmeister que aqui se encontra honrando esta Assembléia. Deputado por 20 anos no Rio Grande do Sul, líder na Assembléia Legislativa daquele Estado, Presidente do Legislativo gaúcho por algumas legislaturas, nome de expressão nacional, atual Ministro no Rio Grande do Sul.

Também o deputado Ruy Codo da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, da Bancada do MDB, participa dêsse encontro.

Municipalismo é assim, srs. Deputados, reúne homem de tôdas as colorações políticas, reúne brasileiros de todos os quadrantes do país, porque municipalismo é um ideal, municipalismo é uma bandeira que tem por fim o engrandecimento da Nação através do fortalecimento econômico, social e administrativo das unidades municipais.

O municipalismo brasileiro está em franca marcha e o municipalismo paranaense também em desenvolvimento. Nós não poderíamos, nesta oportunidade, deixar de registrar essas presenças tão ilustres na Assembléia Legislativa do Paraná e esse acontecimento tão importante para o desenvolvimento municipalismo brasileiro.

Aqui se encontram também os prefeitos de União da Vitória, Pôrto União, Cruz Machado, Paula Freitas, Paulo Frontin, Mallet, Rebouças, São Mateus e de General Carneiro.

Prefeitos que vieram também participar do encontro municipalista, especialmente encontram-se aqui, os Prefeitos da região Sul do Estado. Gostaríamos de lembrar a êstes Prefeitos que se encontram aqui, que temos com os srs. Deputados, representantes do Sul, os Deputados Domicio Scaramela, Antonio Lopes Jr., João Mansur, líder do Governo, nos debatido aqui nesta Assembléia para demonstrar aos governantes a importância econômica e social do Sul do Paraná, especialmente agora, quando nós vemos esta região esvaziar-se economicamente, sofrer as consequências de um processo de descapitalização.

Nesta oportunidade, quero congratular-me com os Prefeitos desta região, que vieram a êste encontro e que honram êste Legislativo com a sua presença, nesta ocasião.

Assim, srs. Prefeitos, ilustres visitantes, ao registrarmos êste acontecimento vos convocamos para irmos em frente, fortalecer o municipalismo brasileiro.

E nesta oportunidade, em que falo em fortalecimento do País, não posso deixar de registrar, também, o importantíssimo acontecimento que nos relatou ontem, o sr. Presidente da República.

Sr. Presidente, proponho a V. Exa. que dirija um telegrama em nome desta Casa ao ilustre Presidente Emilio Garrastazu Médici, homem que tem procurado conduzir o Brasil, com discernimento, com pulso firme. Este é o reconhecimento de um homem de oposição, a S. Exa., pois sou um

Deputado integrado no MDB, Partido que com todo brio, com toda dignidade, faz oposição a S. Exa.

Mas não posso deixar de reconhecer, na ocasião, o ato de S. Exa. anunciado ontem à noite, através de uma Cadeia de Televisão, dando conhecimento à Nação, do entendimento havido entre o Brasil e Portugal, no sentido de que os restos mortais de D. Pedro 1.º, regressem ao Brasil. Ele que foi Rei, Imperador de dois Impérios, filho de duas Nações, ele, que fez nossa independência, volta ao nosso País, volta ao solo brasileiro que há de recebê-lo, e como recebeu e recebe todos os filhos de outras nacionalidades que vierem a esta Pátria fazer dela um lugar de liberdade, fazer dela um lugar de engrandecimento humano e social com a bandeira do direito e a liberdade, seja a bandeira a tremular sob o céu azul do Brasil. Haveremos de receber os despojos de D. Pedro 1.º com toda a honra e respeito e até comovidos.

Quem ontem assistiu o programa, há de ter se comovido também, porque S. Exa. o sr. Presidente da República, ia até quase às lágrimas, anunciando este acontecimento. Conseguiu ele trazer para o Brasil, e registrar também o ato de grandeza de espírito dos portugueses, que entregaram os despojos de D. Pedro 1.º à nossa Pátria. Creio também, que esta Assembleia não deixará de aprovar este requerimento verbal que encaminho neste instante, no sentido de felicitar S. Exa. o sr. Presidente da República, pelo ato magnífico. Porque a grandeza de um povo não se faz só com a grandeza, da economia e com as coisas materiais, faz-se também com o engrandecimento moral e com as coisas do espírito e pela memória dos seus vultos.

Este ato de S. Exa. tem uma sutileza extraordinária, faz com que vibre no coração de todos os brasileiros. Este é o meu requerimento, sr. Presidente. Muito obrigado. (Com revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE: — Esta Mesa tomará as providências necessárias cabíveis, para o telegrama que o nobre deputado Nivaldo Krüger acaba de solicitar, seja enviado ao Exmo. Sr. Presidente da República, pelo grande pronunciamento feito ontem à Nação. Antes de encerrar a presente sessão, quero registrar, com satisfação, a presença, nesta Casa, de ilustres Prefeitos e Vereadores do nosso Estado, que se encontram participando do Congresso Municipalista.

O SR. PAULO POLI — (Pela ordem). Sr. Presidente, era nossa intenção apartear o orador para que recebesse de nossa parte a solidariedade de nossa Bancada, no que tange ao telegrama que V. Exa. está providenciando seja enviado. Entretanto, este discurso foi interrompido quase que repentinamente. Gostaria que V. Exa. inclusive a nossa solidariedade a esta iniciativa.

O SR. PRESIDENTE — Válida a observação do Senhor Deputado Paulo Poli e esta Mesa se associa ao grande pronunciamento do Senhor Deputado Nivaldo Krüger.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 16, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA: —

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 33-71;

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 31-71, 15-71;

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 22-70;

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 65-70.

A Mesa, comunica aos Senhores Deputados que, segunda-feira, dia 16, haverá uma sessão extraordinária, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 37-71.

Levanta-se a Sessão.